

Processo nº
6886-05.67 / 19.1

LU Nº 00023 / 2020

LICENÇA ÚNICA

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental, criada pela Lei Estadual nº 9.077 de 04/06/90, registrada no Ofício do Registro Oficial em 01/02/91, e com seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 51.761, de 26/08/14, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e com base nos autos do processo administrativo nº 6886-05.67/19.1 concede a presente LICENÇA ÚNICA.

I - Identificação:

EMPREENDEDOR RESPONSÁVEL: 21247 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMAOS

CPF / CNPJ / Doc Estr: 88.254.891/0001-53

ENDEREÇO: RUA BERLIM, 240
CENTRO
93950-000 DOIS IRMAOS - RS

EMPREENDIMENTO: 12721

LOCALIZAÇÃO: ESTRADA DE ACESSO A LOCALIDADE DE PICADA VERAO

Municípios: Dois Irmãos, Sapiranga - todos localizados no Estado do RS

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Latitude: -29,57441000 Longitude: -51,05199000

A PROMOVER: REMEDIACAO DE AREA DEGRADADA POR DISPOSICAO DE RSU

RAMO DE ATIVIDADE: 3.541,90

MEDIDA DE PORTE: 17.665,70 área útil em m²

II - Condições e Restrições:1. Quanto ao Empreendedor:

1.1- este documento REVOGA o documento de Licença Única Nº 00679/2019-DL, de 23/12/2019;

2. Quanto ao Empreendimento:

- 2.1- a área do empreendimento deverá ser cercada, devidamente identificada e com controle de acesso;
- 2.2- o empreendimento é composto por aterro encerrado em processo de monitoramento e transbordo de resíduos sólidos urbanos;
- 2.3- área estimada com disposição de resíduos (m²): 18.706;
- 2.4- volume de resíduos estimados (m³): 53.400;
- 2.5- visando à adequada operação do empreendimento, manter profissional habilitado, bem como dispor de maquinário e operadores capacitados, necessários à realização dos serviços, em conformidade com os requisitos técnicos e normas pertinentes ao tema. O projeto e a operação do empreendimento é de inteira responsabilidade do empreendedor solicitante e dos técnicos por ela contratados;
- 2.6- no prazo de até 60 (sessenta) dias deverá ser apresentado o(s) Certificado(s) de Regularidade do Cadastro Técnico Federal - CTF/APP válido(s) (www.ibama.gov.br), de todos os empreendedores deste empreendimento, com correlação na(s) Ficha(s) Técnica(s) de Enquadramento:

Categoria	Código	Descrição
17	17 - 67	Recuperação de áreas degradadas

- 2.7- deverá fazer a comunicação imediata à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura na hipótese de descoberta fortuita de

LU Nº 00023 / 2020

Gerado em 13/01/2020 15:25:54

Id Doc 1061812

Folha 1/4

elementos de interesse paleontológico, na área do empreendimento;

- 2.8- não poderá haver a presença de catadores no empreendimento;
- 2.9- os acessos internos e externos deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação, sinalização e trafegabilidade, permitindo o acesso ao empreendimento;
- 2.10- toda e qualquer alteração/ampliação no empreendimento que não seja dispensada de licenciamento prévio, conforme Portaria FEPAM Nº 58/2019 e suas atualizações, deverá ser objeto de novo licenciamento junto à FEPAM;
- 2.11- deve ser apresentado em 120 (cento e vinte) dias comprovante de cadastro de todos os poços de monitoramento no Sistema SIOUT e a solicitação de tamponamento dos poços de monitoramento considerando que estes não foram construídos de acordo com a NBR 15495-1;
- 2.12- deve ser apresentado em 120 (cento e vinte) dias comprovante de cadastro e solicitação de outorga para uso da água do poço de abastecimento localizado no empreendimento no Sistema de Outorga do Estado do Rio Grande do Sul - SIOUT;
- 2.13- deve ser apresentado em 120 (cento e vinte) dias estudo demonstrando se ainda há geração de gás e chorume no aterro encerrado com metodologia utilizada e ART do responsável pela elaboração;
- 2.14- deve ser apresentado em 120 (cento e vinte) dias o atual layout do sistema de drenagem do percolado para as Lagoas 01, 02 e 03 contemplando as tubulações do sistema de drenagem de percolado do aterro encerrado;

3. Quanto ao Transbordo:

- 3.1- a estação de transbordo está autorizada a receber 600 toneladas de resíduo sólidos urbanos/mês;
- 3.2- a capacidade máxima de armazenamento da estação de transbordo é de 40 toneladas;
- 3.3- os resíduos recebidos na unidade de transbordo deverão permanecer no local por no máximo 72 horas;
- 3.4- os resíduos recebidos na unidade de transbordo deverão permanecer em local coberto, protegidos das intempéries, com piso impermeabilizado e canaletas de contenção de chorume;
- 3.5- a unidade de transbordo deverá possuir sistema de drenagem pluvial visando escoar a água da chuva e impedir a contaminação da mesma em contato com o chorume gerado pelos resíduos;
- 3.6- deverá ser apresentado em 120 (cento e vinte) dias relatório técnico fotográfico, comprovando a execução de sistema para coleta do líquido percolado proveniente da área de transbordo, e informado o local de destinação para tratamento externo, apresentando cópia da licença de operação e declaração de recebimento;
- 3.7- é proibido o armazenamento de resíduos em área externa sem cobertura, mesmo que temporariamente;

4. Quanto aos Efluentes Líquidos:

- 4.1- Não poderá ser lançado efluente proveniente da lavagem e processamento de plástico na drenagem pluvial e na Lagoa 01, localizada próximo à central de transbordo;
- 4.2- nenhum efluente líquido oriundo da operação do empreendimento poderá ser lançado em qualquer corpo hídrico sem que atenda ao disposto na Resolução Consema nº 355/2017 e Resolução Conama nº 430/2011, sem que haja prévia autorização da Fepam;

5. Quanto aos Resíduos Sólidos:

- 5.1- em relação aos resíduos sólidos urbanos gerados no município, deverá ser enviada eletronicamente à FEPAM, através do Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR ON LINE, a Declaração de Movimentação de Resíduos - DMR, com periodicidade trimestral em conformidade com a Portaria FEPAM n.º 087/2018, D.O.E. de 30/10/2018;

6. Quanto ao Monitoramento:

- 6.1- deverá ser enviado à FEPAM, com periodicidade anual, até o último dia útil do mês de dezembro, relatório técnico e fotográfico assinado pelo Responsável Técnico, acompanhado da devida ART, descrevendo as condições de operação da central de transbordo, contendo, no mínimo:
 - 6.1.1- eficiência do sistema de coleta de percolado, condição das canaletas de drenagem, destino do percolado gerado, impermeabilização do piso;
 - 6.1.2- deverá ser anexada planilha de recebimento de resíduos, onde deve constar a quantidade mensal de resíduos recebida no empreendimento;
- 6.2- deverá ser apresentado a Fepam, com periodicidade anual até o último dia útil do mês de dezembro, relatório de monitoramento ambiental acompanhado de levantamento fotográfico assinado pelo responsável técnico habilitado, com a ART, contendo no mínimo os seguintes itens:
 - 6.2.1- indicativos de instabilidade geotécnica da(s) célula(s) encerrada(s) (como inclinação de vegetação, convexidade, fissuras e trincas, enrugamento de solo, acúmulo de água, processo erosivos no talude, afundamentos, inchamentos

- entre outros aspectos relevantes);
- 6.2.2- situação da cobertura e impermeabilização da(s) célula(s) encerrada(s) e dos acessos às unidades do empreendimento;
 - 6.2.3- situação e/ou desobstrução das drenagens pluviais, gás e de lixiviado da(s) célula(s) encerrada(s);
 - 6.2.4- situação da(s) lagoa(s) de acúmulo de efluente (impermeabilização, vazamento, cercamento, etc..);
 - 6.2.5- situação do cercamento do local, portão de acesso, placa de identificação da FEPAM;
 - 6.2.6- situação da via de acesso ao empreendimento, ocorrências e serviços efetuados no período, bem como acidentes verificados e os procedimentos adotados, apresentando as adequações e as reais condições do empreendimento;

7. Quanto ao Patrimônio Histórico e Artístico:

- 7.1- deverá ser feita a comunicação imediata ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN na hipótese de descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológicos ou pré-histórico, histórico, artístico ou numismático, na área do empreendimento, conforme previsto no art. 18 da Lei 3.924 de 26 de julho de 1961;

8. Quanto à Publicidade da Licença:

- 8.1- deverá ser instalada placa de identificação e divulgação da Licença Ambiental, conforme Portaria Nº 17/2009 DPRES, segundo modelo disponível na home page da FEPAM (www.fepam.rs.gov.br);
- 8.2- deverá ser registrado na matrícula do imóvel junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca ao qual pertence, que a área foi utilizada para disposição de resíduos sólidos, indicando a poligonal georreferenciada, a tipologia do resíduo disposto e o uso restrito da área. A Declaração de Passivo Ambiental será emitida pela FEPAM e estará disponível no processo de remediação ou monitoramento de área degradada, devendo ser apresentado a esta Fundação, no prazo de 60 (sessenta) dias, a cópia do documento de escritura pública do imóvel atualizada;

III - Documentos a apresentar para renovação desta Licença:

- 1- laudo técnico acompanhado de registro fotográfico detalhado, firmado pelo responsável técnico, apresentando as reais condições do empreendimento em cumprimento a presente licença;
- 2- declaração do empreendedor quanto à responsabilidade técnica pela operação do empreendimento, remetendo cópia da ART do responsável técnico;
- 3- planta atualizada da área onde conste todas as unidades existentes em operação e encerradas e pontos de monitoramento com as respectivas coordenadas em grau decimal sistema SIRGAS2000, quando houver e quadro de áreas;
- 4- layout geral do empreendimento;
- 5- imagem de satélite atualizada e colorida, indicando a localização da área e descrição das vias de acesso desde a sede do município;
- 6- acessar o SOL - Sistema On Line de Licenciamento Ambiental, em www.sol.rs.gov.br, e seguir as orientações preenchendo as informações e apresentando as documentações solicitadas. O Manual de Operação do SOL encontra-se disponível na sua tela de acesso;

Havendo alteração nos atos constitutivos, a empresa deverá apresentar, imediatamente, cópia da mesma à FEPAM, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento;

Esta licença é válida para as condições acima até 23 de dezembro de 2024, caso ocorra o descumprimento das condições e restrições desta licença, o empreendedor estará sujeito às penalidades previstas em Lei.

Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais;

Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

Data de emissão: Porto Alegre, 13 de janeiro de 2020.

Este documento é válido para as condições acima no período de 13/01/2020 a 23/12/2024.

A renovação desta licença deve ser requerida com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, conforme Art. 14 § 4.º da Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011.

Este documento foi certificado por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada, garantida integridade de seu conteúdo e está à disposição no site www.fepam.rs.gov.br.

fepam®.

Documento Assinado Digitalmente



Nome do arquivo: xiweoo4o.4m3
Autenticidade: Documento Íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
Renato das Chagas e Silva	14/01/2020 10:27:01 GMT-03:00	39553094015	Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.